

Gestão de emergências em patrimônio cultural nos cursos de arquivologia da região Sul do Brasil

Emergency management in cultural heritage in archival science courses in the South region of Brazil / Gestión de emergencias en patrimonio cultural en cursos de archivología en la región Sur de Brasil

Carlos Alberto Rodrigues

Mestre e doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.
carlos.alberto@ufsc.br

Eliana Maria dos Santos Bahia

Doutora em Ciência da Informação pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.
eliana.maria@ufsc.br

RESUMO

Este artigo analisa a participação da gestão de emergências nos cursos de arquivologia da região Sul do Brasil. As reflexões focam no contexto da preservação do patrimônio cultural e da formação de arquivistas. A metodologia consistiu na análise de conteúdo dos projetos pedagógicos dos cursos pesquisados. Conclui-se que a gestão de emergência necessita ser desenvolvida nos cursos de arquivologia da região Sul do Brasil.

Palavras-chave: preservação; gestão de emergências; arquivista; formação profissional.

ABSTRACT

This article analyzes the participation of emergency management in archival science courses in the Southern region of Brazil. The reflections focus on the context of preserving cultural heritage and training archivists. The methodology consisted of content analysis of the pedagogical projects of the courses researched. It is concluded that emergency management needs to be developed in archival science courses in the Southern region of Brazil.

Keywords: preservation; emergency management; archivist; professional qualification.

RESUMEN

Este artículo analiza la participación de la gestión de emergencias en los cursos de archivología en la región Sur de Brasil. Las reflexiones se centran en el contexto de la preservación del patrimonio cultural y la formación de archiveros. La metodología consistió en el análisis de contenido de los proyectos pedagógicos de los cursos. Se concluye que es necesario desarrollar la gestión de emergencias en los cursos de archivología de Sur de Brasil.

Palabras clave: preservación; gestión de emergencias; archivero; formación profesional.

Introdução

O patrimônio documental mantido em arquivos representa parte relevante do patrimônio cultural das nações que deve ser preservado para futuras gerações. A United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (2002) preconiza que documentos arquivísticos de valor permanente devem ser conservados como fontes confiáveis de informação que contribuem para a formação e preservação da memória individual e coletiva das nações, bem como colaboram para o exercício pleno da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na sociedade democrática contemporânea.

Objetos físicos em essência, os documentos arquivísticos se caracterizam pelo vínculo informação-suporte (até mesmo os contemporâneos documentos digitais) e se constituem um patrimônio em constante risco, dado ao fato de que todos os suportes empregados para fixar as informações são suscetíveis à ação deletéria de grande variedade de agentes de risco.

Ao longo da história humana, a preservação do patrimônio cultural mantido em arquivos tem esbarrado na ocorrência de desastres, eventos que já causaram, e continuam causando, danos e perdas irreparáveis em edificações que são ou mantêm patrimônio cultural das nações. Desastres que atingem patrimônio cultural podem ser causados pela ação da natureza, pela ação/omissão humana, bem como podem decorrer da proximidade da edificação que é ou mantém patrimônio cultural com instalações de risco, como, por exemplo, indústrias que em seus processos produtivos empregam substâncias tóxicas ou explosivas e/ou geram resíduos na atmosfera.

Ao se pronunciar sobre o potencial destrutivo dos desastres em arquivos, organismos internacionais como a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e o International Council on Archives (ICA) preconizam a implementação de planos de emergência, documentos que explicitam todas as medidas, procedimentos e recursos aplicados antes, durante e depois da ocorrência de desastres, a partir do levantamento e da análise de riscos e projeção de cenários possíveis. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) recomenda a elaboração de planos de emergência em arquivos como medida eficaz para a salvaguarda dos documentos em caso de sinistros.

Em que pese a forte recomendação desses organismos, o Brasil se alinha a um conjunto de países que não ostentam tradição de gestão de emergência e riscos em arquivos, conforme veremos mais adiante para o caso de Santa Catarina. Essa realidade de carência de planos de emergência nos arquivos mantidos em solo brasileiro se anuncia como paradigma a ser rompido por meio da ação conjunta do poder público, instituições (públicas e privadas), sociedade civil e profissionais envolvidos.

No campo das profissões, o arquivista, que tem na função arquivística preservação e conservação de documentos uma de suas práticas profissionais mais tradicionais (Rousseau; Couture, 1998), emerge em posição de destaque como protagonista e disseminador da gestão de emergências em arquivos, porquanto a elaboração e execução de planos de emergências em arquivos se vincula diretamente ao seu escopo de atuação profissional. Contudo, para que o arquivista possa exercer esse protagonismo, necessita possuir competência específica, desenvolvida na sua formação universitária.

Nessa linha, ao considerar que a escassez de planos de emergência em arquivos brasileiros possa ser resultado, entre outros, de lacuna na formação profissional de arquivistas no Brasil, a motivação desta pesquisa se anuncia na seguinte pergunta: em que medida os currículos dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil contemplam a preparação do arquivista para atuar na gestão de emergências em arquivos?

Esse estudo se dispõe a buscar resposta ao problema anunciado no que se refere a cursos de arquivologia instalados nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O recorte adotado se justifica uma vez que esses três estados, que formam a região Sul do Brasil, comportam fatia representativa (35%) dos cursos que formam arquivistas no país, inclusive contendo o curso de arquivologia mais antigo do Brasil e o primeiro na modalidade a distância. Além disso, a região Sul é uma das mais suscetíveis do país à ocorrência de eventos climáticos adversos, como as fortes chuvas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024 e ocasionaram severos danos materiais e humanos.

O objetivo geral deste estudo é analisar a abordagem da temática gestão de emergências em arquivos nos cursos de graduação em arquivologia da região Sul do Brasil. São objetivos específicos: caracterizar os cursos de graduação em arquivologia da região Sul do Brasil; identificar previsão de competência voltada à preservação de documentos nos projetos pedagógicos de curso (PPC) vigentes e investigar a abordagem da temática gestão de emergências nas ementas das disciplinas destes cursos.

Essa abordagem é parte de pesquisa de abrangência nacional em andamento em nível de doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que analisa a participação da gestão de emergência nos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia no Brasil.

As seções que seguem apresentam o contexto teórico do estudo, a metodologia adotada e os resultados alcançados.

Arquivos: patrimônio em risco e gestão de emergência

Definido no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* como conjunto dos arquivos de valor permanente (públicos ou privados) mantidos no seio de uma nação, estado ou município, o patrimônio arquivístico dispõe de amplo reconhecimento como parte do patrimônio cultural das nações que necessita ser preservado para as futuras gerações, uma vez que registra pensamentos, descobertas e realizações humanas (Arquivo Nacional, 2005; United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, 2002).

O reconhecimento dos arquivos como representante do patrimônio cultural é ratificado em iniciativas internacionais, como, por exemplo, o Programa Memória do Mundo da Unesco. Instituído em 2002 e em vigência, o programa se traduz como um esforço mundial para preservação do patrimônio documental que busca fomentar a proteção dos registros documentais por meio da nomeação destes como patrimônio documental mundial ou nacional, sendo que, neste último caso, a seleção dos conjuntos documentais se dá por meio de comitês nacionais (Criveli; Bizelo, 2019).

Na mesma corrente, o ICA explicita em sua Declaração Universal Sobre os Arquivos (DUA) que arquivos são patrimônio singular e insubstituível pois são registros autênticos de atividades administrativas, culturais e intelectuais realizadas pela sociedade em cada época, sendo assim, necessitam ser preservados (International Council on Archives, 2010).

Em âmbito nacional, a preservação do patrimônio cultural mantido nos arquivos encontra abrigo na Constituição Federal de 1988 e na lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a qual estipula que o patrimônio arquivístico brasileiro é composto pelos documentos de valor permanente armazenados nos arquivos: a) do Sistema Nacional de Arquivos, ou seja, os arquivos dos órgãos públicos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal; b) de pessoas ou instituições privadas, declarados de interesse público pela Presidência da República (Brasil, 1988; 1991).

Produzidos e recebidos no decorrer das atividades de instituições públicas e privadas, pessoas ou famílias, estes documentos de arquivo se constituem fontes de registro para a memória que possibilitam estudar não apenas o organismo ou indivíduo que os produziu/recebeu, mas também a sociedade, a cultura, as relações sociais e econômicas de determinada época (Paes, 2004).

Ocorre que documentos de arquivos não são objetos inertes. Pelo contrário, seja qual for o suporte que empreguem (desde o tradicional papel ao contemporâneo suporte digital), os documentos são objetos físicos que estão permanentemente sujeitos a danos, seja pela ação silenciosa dos agentes ambientais de deterioração, seja pela ocorrência de desastres nos arquivos.

No que tange ao impacto de desastres em edificações que são ou abrigam patrimônio arquivístico, estes podem resultar de diversos agentes e se estabelecem como emergências, pois podem afetar a integridade física do patrimônio cultural de modo parcial ou permanente, em decorrência de danos provocados pela ação de forças físicas naturais e/ou intervenção/omissão humana (International Council on Archives, 1997; Espanha, 2015).

Para o International Council on Archives (1997), desastres são eventos indesejáveis e de alto poder destrutivo em arquivos e são originados pela ação da natureza (por exemplo: terremoto, furacão, tempestade), pela ação/omissão humana (por exemplo: vazamento de água, incêndio, ação terrorista, conflito civil), bem como pela localização do edifício de arquivo (por exemplo: proximidade com instalações industriais e militares, tráfego aéreo, rodovias).

Em semelhante vertente, McIlwaine (2006) alude que os riscos de desastres em arquivos podem ser originados: a) da ação humana (incêndio criminoso, vandalismo, terrorismo, negligência aos cuidados mínimos de conservação dos documentos); b) do exterior do edifício (temporal, terremoto, alagamento, deslizamento de terra, proximidade com instalações humanas com potencial de risco); c) da estrutura e sistemas do edifício (instalações elétricas, hidráulicas, de esgoto e de gás, máquinas e equipamentos, sistemas de climatização, produtos inflamáveis armazenados).

Tendo em vista a gama de riscos de desastres que podem afligir os arquivos, organismos internacionais como ICA e IFLA e nacionais como o Conarq, recomendam que as instituições elaborem e mantenham planos de emergência para prevenção, proteção, resposta e recuperação em caso de sinistros em arquivos, sendo que estes planos devem considerar as especificidades de cada instituição, a partir de um olhar ampliado: do entorno, da edificação e dos documentos armazenados (International Council on Archives, 1997; McIlwaine, 2006; Conselho Nacional de Arquivos, 2005; 2012).

Planos de emergência em arquivos são documentos que explicitam todas as medidas e condutas a serem adotadas pela instituição antes, durante e depois da ocorrência de desastres. Elencam responsabilidades, recursos a serem mobilizados e procedimentos a serem adotados segundo as características específicas do arquivo: localização geográfica e clima local, entorno, estrutura e sistemas da edificação e documentos armazenados (Buckanan, 1988; Teijgeler, 2001).

Na atualidade, a gestão de emergências se estabelece como elemento vital e irrenunciável da política de preservação de documentos, inclusive normalizada pela norma ISO 21119:2019 *Information and documentation - Emergency preparedness and response*, mas que, apesar de amplamente contemplada na bibliografia

direcionada aos arquivos, se apresenta deficitária em muitos países onde a carência de planos de emergência na maior parte dos arquivos e a presença de planos incompletos e/ou desatualizados ainda é uma realidade (Teijgeler, 2001; Nyanga; Nengomasha; Beukes-Amiss, 2018).

Ao pesquisar motivos para a baixa incidência de planos de emergência em arquivos na Grécia, Kostagiolas et al. (2011) identificou como principais motivos: outras prioridades (29%), não ser sua responsabilidade (23%), desconhecimento da temática (17%) e custo (17%). Já em estudo que analisou o plano de gestão de desastres do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional da Namíbia (publicado em 2001), Nyanga, Nengomasha e Beukes-amiss (2018) concluíram que o plano não abrangia a maior parte dos elementos recomendados pela bibliografia, sendo ineficaz em caso de desastre.

No Brasil, a definição de plano de emergência em arquivos se encontra fixada no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* como: “parte de plano de proteção civil aplicada aos arquivos que estabelece medidas preventivas e de emergência em caso de sinistros” (Arquivo Nacional, 2005, p. 133). Contudo, as instituições arquivísticas nacionais não possuem tradição de elaborar e manter planos de emergência.

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo e responsável por implementar a política nacional de arquivos, no ano de 2019 publicou a obra *Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução*, um relato do projeto de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural executado no Arquivo Nacional, o qual ainda carece de ser replicado entre os arquivos brasileiros (Arquivo Nacional, 2019).

Ainda há carência de estudos que retratem a realidade dos arquivos brasileiros no que diz respeito à gestão de emergências tal qual preconizada pelo ICA e pelo Conarq. Iniciativa singular até o presente, em âmbito regional, Rodrigues (2021) identificou a falta de planos de emergência em 16 arquivos localizados no estado de Santa Catarina e os principais motivos da sua inexistência: outras prioridades (reportado por 68,75% dos arquivos), desconhecimento do tema (apontado por 37,5% dos arquivos) e custo (relatado por 25% dos arquivos).

A realidade da gestão de emergência em arquivos brasileiros, ainda pouco retratada por pesquisas no campo da ciência da informação, se apresenta como um desafio de responsabilidade social e profissional. Fugueras e Mundet (2008) frisam que ao pensar na difusão e garantia de acesso ao patrimônio arquivístico é essencial considerar a gestão de emergências nos arquivos, mecanismo basilar para preservação dessa parcela da memória coletiva da sociedade.

Nessa linha, pensar a preservação do patrimônio arquivístico brasileiro implica refletir sobre a elaboração e execução de planos de emergência nesses

arquivos e, em especial, sobre os profissionais envolvidos nessa atividade. Sob esse ponto de vista, o arquivista surge em posição de destaque, cabendo refletir sobre esse profissional, sua responsabilidade social com a preservação de documentos e o papel da formação acadêmica brasileira no desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência nos arquivos, temática abordada a seguir.

Arquivista: profissão, formação e competências

A perspectiva contemporânea de acesso à informação como elemento basilar para exercício pleno da cidadania, explicitada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e incutida na Constituição Federal Brasileira de 1988, torna evidente a necessidade de gerir e preservar documentos de arquivo no Brasil, uma ação elementar para sustentar as políticas de acesso à informação no país. No campo das profissões, essa necessidade contemporânea de preservação dos documentos enquanto patrimônio informacional das nações situa o arquivista em posição de evidência em termos de responsabilidades social e profissional a ele atribuídas (Carli; Fachin, 2016).

No Brasil, o arquivista é o profissional diplomado por curso superior em arquivologia em âmbito nacional ou no exterior revalidado, registrado na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo que seu exercício profissional se encontra regulamentado pela lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Instituições públicas e privadas que produzem e recebem documentos no decorrer de suas atividades são campo de atuação do arquivista, uma vez que arquivos correntes, intermediários e permanentes necessitam de cuidados profissionais para que possam cumprir seu papel primordial, o acesso à informação pelo usuário (Brasil, 1978; Moura; Bahia, 2021).

Novos paradigmas informacionais da sociedade contemporânea têm impactado as práticas profissionais e a formação do arquivista, sendo que as instituições de formação de arquivistas se situam em um ponto nevrálgico no que diz respeito ao alinhamento dos profissionais com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho atual. Conforme Bahia e Ziegelmann (2021), as instituições de formação dos arquivistas brasileiros são protagonistas fundamentais na adequação das competências profissionais com o mercado de trabalho, pois têm a responsabilidade de retornar à sociedade profissionais capazes de atender suas expectativas e dos empregadores.

A formação brasileira de arquivistas tem como marco inicial o Curso Permanente de Arquivo, criado no ano de 1960 para suprir demanda interna do Arquivo Nacional do Brasil. Posteriormente, demandas institucionais por todo

o país e o corpo acadêmico em formação fomentaram o surgimento de diversos cursos pelo Brasil (Linden, 2017). De acordo com o Ministério da Educação (2024), atualmente são 17 cursos de graduação em arquivologia ativos distribuídos nas diversas regiões do país. O Quadro 1 apresenta os cursos de arquivologia vigentes no Brasil, sua localização e ano de criação.

Quadro 1 – Cursos de arquivologia vigentes no Brasil - 2024, localização e ano de criação

Instituição	Sigla	Localização		Ano de criação
		Estado	Região	
Universidade de Brasília	UnB	DF	Centro-Oeste	1990
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	Nordeste	2006
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	Nordeste	1997
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	Nordeste	2008
Universidade Federal do Amazonas	Ufam	AM	Norte	2008
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Norte	2011
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Unesp	SP	Sudeste	2003
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste	2008
Universidade Federal do Espírito Santo	Ufes	ES	Sudeste	1999
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Unirio	RJ	Sudeste	1977
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Sudeste	1978
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	Sul	1997
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Sul	2009
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Sul	1976
Universidade Federal do Rio Grande	Furg	RS	Sul	2008
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sul	1999
Centro Universitário Leonardo da Vinci	Uniassevi	SC	Sul	2020

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Ministério da Educação (2024).

Cabe a essas instituições brasileiras de formação de arquivistas a audaciosa missão de, por meio de um constante alinhamento às expectativas da sociedade e às demandas do mercado de trabalho, formar profissionais competentes. Para tanto, necessitam estar constantemente voltadas para a realidade e as expectativas do mercado de trabalho.

Ao focar a eficácia da formação do arquivista frente ao mercado de trabalho, Moreiro-González e Bahia (2014) defendem o constante estudo das competências do arquivista como a medida mais eficaz para o alinhamento entre as demandas do mercado de trabalho e a formação profissional, em meio às constantes transformações da sociedade contemporânea.

Para Silva e Silva (2017), a aproximação do mercado de trabalho com as instituições de formação profissional fortalece o desenvolvimento de competências profissionais, uma vez que estas são resultado de um conjunto variado de fatores individuais e institucionais presentes no processo ensino-aprendizagem. Nessa linha, as competências profissionais se constituem terreno propício ao alinhamento profissional com as demandas institucionais e da sociedade, pois dizem respeito a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a ser mobilizado por profissionais para atender a essas demandas (Durand, 2000; Fleury; Fleury, 2001).

Em nível individual, Durand (2000) define a competência como um conjunto inter-relacionado de conhecimentos, habilidades e atitudes que são mobilizados para alcançar resultados esperados em contextos específicos, ou seja, a competência é uma instância em constante movimento de moldar-se ao desempenho requerido. Alinhada a esta perspectiva, Miranda (2006) descreve a competência profissional como um agrupamento de recursos e capacidades mobilizados pela pessoa para solucionar situações práticas do trabalho em três dimensões: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitude).

Ao focar a preservação de documentos sob o auspício da preservação do patrimônio cultural das nações, Santa Anna (2017) ressalta a necessidade de reformulação das práticas profissionais e o desenvolvimento de competências por parte dos profissionais da informação voltadas a uma abordagem ampliada da preservação da memória social e cultural depositada nos arquivos.

Fugueras e Mundet (2008) aludem que a sociedade contemporânea vê no arquivista um gestor ativo da informação, o qual tem sua atuação profissional inevitavelmente atrelada ao contexto contemporâneo da preservação dos arquivos como parte do patrimônio cultural das nações, meio de salvaguarda de direitos e deveres na sociedade democrática permeados pelo acesso à informação.

Tal entendimento se encontra pacificado em âmbito europeu, onde “elaborar um plano de emergência para fazer face a catástrofes” é competência considerada essencial para o profissional da informação, elencada no Euro-Referencial ID, publicação que descreve competências esperadas dos profissionais de informação-documentação (European Council of Information Associations, 2005).

No Brasil, o arquivista tem a atribuição profissional de preservação dos documentos definida na lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, mas há carência de estudos que relacionem essa atribuição de preservar documentos com a gestão de emergência em arquivos e o desenvolvimento de competência pelo arquivista brasileiro.

A visão do arquivista como gestor da informação e responsável pela preservação dos documentos se reflete como demanda profissional no mercado de trabalho brasileiro. No período de 2012 a 2014, instituições de variados segmentos solicitaram 177 vezes a competência “segurança do acervo” de profissionais da informação em anúncios de emprego publicados na web pelo portal empresarial Catho, destinado à classificação on-line de currículos e vagas de empregos (Rodrigues, 2021; Bahia, 2018).

Sob tal perspectiva contemporânea de responsabilidade social e profissional de preservação do patrimônio arquivístico, a elaboração e execução de planos de emergência em arquivos emerge como demanda do arquivista. Uma atividade que denota um desempenho esperado e para o qual o arquivista necessita desenvolver uma competência que os cursos de formação em arquivologia brasileiros não podem abster-se de contemplar.

Assim, a pesquisa em tela pretende contribuir para o entendimento da presença da temática gestão de emergências em arquivos nos cursos de arquivologia na região Sul do Brasil. Aspectos metodológicos do estudo são apresentados na seção posterior.

Procedimentos metodológicos

Esse estudo se caracteriza quanto à natureza como uma pesquisa teórica-aplicada, pois tem o intento de confrontar teoria e realidade de modo sistematizado para solucionar um problema de pesquisa (González-Teruel; Cerrejón, 2012). Configura-se como estudo qualitativo pois se estabelece como um meio para explorar ou entender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2010).

Em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa exploratória que pretende aumentar a experiência do pesquisador sobre o problema (Triviños, 1987). Em relação aos procedimentos técnicos se configura como pesquisa documental, pois a coleta de dados se restringe a documentos escritos (Marconi; Lakatos, 2003).

O universo da pesquisa consiste no total de cursos de arquivologia localizados na região Sul do Brasil (N=6), o qual, como já citado, representa aproximadamente 35% dos cursos de arquivologia brasileiros, bem como contém o curso de arquivologia mais antigo do Brasil, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A coleta de dados se deu por meio do acesso aos sites: a) do Ministério da Educação (MEC), em específico no Cadastro e-MEC; b) das Instituições de Ensino Superior (IES) mantenedoras dos cursos de graduação em arquivologia na região Sul do Brasil. Os PPC constituem o principal *corpus* documental da pesquisa.

De modo a caracterizar os cursos de graduação em arquivologia da região Sul do Brasil realizou-se pesquisa no dia 29 de maio de 2024 ao Cadastro e-MEC para obtenção de dados gerais dos cursos: nome da instituição, estado, ano de criação, nota, modalidade de ensino (presencial ou a distância). A opção pelo Cadastro e-MEC se deu devido ao reconhecimento nacional como fonte de informação sobre cursos de graduação no Brasil, pois se trata de uma base de dados oficial dos cursos e IES brasileiras que classifica os cursos de graduação por meio de notas que podem variar de 1 (mínimo/insuficiente) a 5 (máximo/excelência).

Para identificar a previsão de competência voltada à preservação de documentos nos PPC vigentes dos cursos de graduação em arquivologia da região Sul do Brasil foram recuperados PPC disponibilizados nos sites das IES até o dia 3 de junho de 2024. Dos PPC foram extraídos e tabulados objetivos geral e específicos dos cursos, bem como competências previstas para o arquivista egresso em cada uma das seis instituições que compõem o universo da pesquisa. Na sequência foram selecionados objetivos e competências esperadas dos egressos voltados à preservação de documentos. Os dados obtidos foram organizados em quadro específico.

A fim de investigar a abordagem da temática gestão de emergências nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em arquivologia da região Sul do Brasil, adotou-se identificar disciplinas curriculares em três categorias, conforme Quadro 2 que segue.

Quadro 2 – Categorias de análise das disciplinas

Categoria	Critério
A	Disciplinas que tivessem gestão de emergência como temática central, ou seja, em seu nome
B	Disciplinas que contivessem a temática gestão de emergência como uma componente, ou seja o termo emergência presente na ementa
C	Disciplinas voltadas a temáticas que tangenciam a gestão de emergência, a saber: preservação e conservação de documentos, gestão de arquivos, memória e patrimônio; gestão de riscos; edificações de arquivo

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Para tanto, realizou-se a leitura dos nomes e ementas/objetivos das disciplinas constantes nos PPC dos cursos de arquivologia. Disciplinas selecionadas em cada categoria foram agrupadas em quadros contendo: temática, instituição, nome da disciplina, ementa/objetivo e tipo (obrigatória ou optativa).

Os procedimentos descritos permitiram atingir objetivo geral e objetivos específicos do estudo de forma a responder à problemática de pesquisa. Os resultados e a análise realizada são apresentados na seção seguinte.

Apresentação e análise dos resultados

A pesquisa realizada identificou a existência de seis cursos de graduação em arquivologia instalados na região Sul do Brasil, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande (Furg); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). O Quadro 3, que segue, sintetiza dados de distribuição por estado, ano de criação, modalidade e Conceito de Curso (CC).

Quadro 3 – Cursos de arquivologia – região Sul do Brasil

Instituição	Estado	Ano de criação	Modalidade	Conceito de curso e-MEC	
				Conceito de curso	Ano da avaliação
UFSM	RS	1976	Presencial	4	2017
UEL	PR	1997	Presencial	4*	-
UFRGS	RS	1999	Presencial	4	2017
Furg	RS	2008	Presencial	4	2017
UFSC	SC	2009	Presencial	5	2018
Uniasselvi	SC	2020	A distância	4	2024

* Esta nota diz respeito à Conceito Preliminar de Curso (CPC), o qual necessita ainda ser ratificado como Conceito de Curso (CC)

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que um curso foi criado na década de 1970, dois na década de 1990, dois na década de 2000 e um na década de 2020 (atual). Metade dos cursos (três) se encontra instalada no estado do Rio Grande do Sul: na UFSM, na Furg e na UFRGS. O mais antigo curso de arquivologia na região Sul do Brasil é o da UFSM, instituído no ano de 1976. Já o curso mais recente está na Uniasselvi, efetivado no ano de 2020.

Em relação à modalidade de ensino, o que se vê é predominância de cursos presenciais, com cinco instituições que empregam essa modalidade e uma instituição (Uniasselvi) que adota a modalidade a distância. Cabe registrar que o curso da Uniasselvi é o primeiro, e até o presente único, curso de arquivologia na modalidade a distância no Brasil.

Em relação à qualidade dos cursos de arquivologia pesquisados, constata-se o predomínio de notas satisfatórias. Cinco cursos (o que corresponde a 83,33%) detém nota 4: UEL, UFSM, Furg, UFRGS e Uniasselvi, enquanto um curso, mantido na UFSC, possui nota 5 (excelência).

Ao analisar os PPC dos cursos, identifica-se que a preservação de documentos, um dos alicerces para se pensar abordagens voltadas à gestão de emergência em arquivos, é competência desejável e prevista na formação do arquivista nos seis cursos de arquivologia analisados pelo estudo. O Quadro 4 apresenta previsão de competência voltada à preservação de documentos contida nos PPC dos cursos.

Quadro 4 – Preservação de documentos, previsão nos PPC

Instituição	Elemento considerado	Descrição
UEL	Objetivo específico do curso	Promover conhecimento teórico-prático direcionado às atividades de produção, análise, classificação, avaliação, descrição, preservação, recuperação, mediação, disseminação e uso da informação arquivística
UFSC	Objetivo específico do curso	Preparar o aluno para promoção do conhecimento teórico-prático direcionado às atividades de produção, análise, classificação, avaliação, descrição, preservação, recuperação, mediação, disseminação e uso da informação arquivística
UFSM	Objetivo geral do curso	Tem por objetivo a formação de arquivistas capacitados a entender, investigar, criar, gerenciar, preservar e proporcionar acesso a documentos e informações arquivísticas.
	Competências e habilidades desejáveis	Capacidade de compreender e defender, de forma crítica, o patrimônio arquivístico e a soberania informacional da nação

Furg	Competências de caráter específico	Aplicar soluções em tecnologias da informação na produção, gestão, preservação, acesso e difusão de documentos de arquivo
UFRGS	Competências e habilidades desejáveis	Competência para empreender e tomar decisões, em relação à gestão documental, avaliação, preservação e organização de acervos históricos, automação e difusão da informação, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações. Identificar o propor o planejamento para programas de preservação e conservação de documentos arquivísticos
Uniasselvi	Competências a serem desenvolvidas no curso	Realizar operações de avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição de documentos arquivísticos

Fonte: dados da pesquisa.

Com base no Quadro 4, constata-se que a preservação de documentos se encontra explicitada, sob diferentes contextos, como competência desejável a egresso nos seis cursos analisados. Sua presença como competência desejável em todos os cursos analisados ratifica a preservação de documentos como campo de atuação do arquivista contemporâneo e valida a necessidade do desenvolvimento de competências específicas que contribuam para a manutenção da integridade dos documentos, como é o caso da gestão de emergências.

A investigação da abordagem da temática gestão de emergências em disciplinas dos cursos de arquivologia resultou na identificação de 17 disciplinas nas categorias de análise B e C adotadas. Não foram identificadas disciplinas da categoria A – disciplinas que têm gestão de emergência como temática central.

Para a categoria B – disciplinas que contivessem a temática gestão de emergência como uma componente da ementa, foram identificadas duas disciplinas, uma no curso de arquivologia da Furg, uma no curso da UFRGS. O Quadro 5 apresenta detalhes das disciplinas identificadas.

Quadro 5 – Categoria de análise B, resultado

Instituição	Disciplina	Tipo	Ementa
Furg	Fundamentos de conservação e preservação de documentos	Obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• História e estrutura do papel• Agentes de degradação: identificação e controle• Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento• A conservação de outros suportes de informação• Reformatação• Emergências
UFRGS	Fundamentos da preservação de documentos	Obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura e tecnologia do papel• Agentes de degradação: identificação e controle• Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento• A conservação de outros suportes de informação• Reformatação, emergências e planejamento

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que as disciplinas presentes nos cursos da Furg e UFRGS, de caráter obrigatório, apresentam abordagens semelhantes, tendo como foco inicial a preservação e conservação de documentos em papel e em outros suportes. Outro ponto comum é que a temática emergência se apresenta como conteúdo final da disciplina, alicerçada no conhecimento prévio de agentes de degradação, técnicas de higienização e controle ambiental.

O enfoque nas disciplinas se alinha a pressupostos teóricos presentes em: Fugueras e Mundet (2008), atuação do arquivista atrelada à preservação dos arquivos como parte do patrimônio cultural das nações; Santa Ana (2017), abordagem ampliada da preservação; Bahia (2018) e Rodrigues (2021), a preservação dos documentos como demanda profissional no mercado de trabalho brasileiro; European Council of Information Associations (2005), a gestão de emergência como campo de atuação dos profissionais da informação que exige competência específica.

A constatação da temática emergência na ementa da disciplina de preservação e conservação na Furg e UFRGS indica caminho para inserção do tema

gestão de emergência em arquivos na formação de arquivistas, mas não se caracteriza como tendência, pois há quatro cursos (o que corresponde a 66,66% dos cursos analisados) que possuem disciplinas voltadas à preservação e conservação de documentos que não explicitam em suas ementas o tema emergência. Nessa linha, se mostra relevante a decisão por identificar disciplinas na categoria C: voltadas a temáticas que tangenciam a gestão de emergência: preservação e conservação de documentos, gestão de arquivos, memória e patrimônio; gestão de riscos; edificações de arquivo. Foram identificadas 15 disciplinas desta categoria, a qual se discorre a seguir.

A preservação e conservação de documentos se encontra contemplada como disciplina em cinco dos cursos analisados. Além dos cursos da Furg e UFRGS, anteriormente já enquadrados na categoria B por explicitarem o tema emergência em suas ementas, outros três cursos possuem disciplina voltada à preservação e conservação de documentos de arquivo. O Quadro 6 apresenta detalhes das disciplinas e ementas/objetivos destes três cursos.

Quadro 6 – Categoria de análise C, resultado temática preservação e conservação de documentos

Instituição	Disciplina	Tipo	Ementa / Objetivo
UEL	Preservação e conservação de acervos documentais	Obrigatória	Ementa: <ul style="list-style-type: none">• Noções teóricas sobre os agentes agressores• Medidas preventivas na conservação de documentos e sua contribuição para a educação ambiental• Políticas e programas voltados para a manutenção dos suportes da informação
UFSC	Preservação e conservação de documentos	Obrigatória	Ementa: <ul style="list-style-type: none">• Políticas de preservação de documentos• Conservação de documentos
UFSM	Preservação e conservação de documentos	Obrigatória	Objetivo: <ul style="list-style-type: none">• Compreender a preservação, intrínseca à função de gestão da informação, apresentando conceitos, objetivos, procedimentos e técnicas de conservação de documentos, em suporte papel, aliada às novas tecnologias a fim de reaproveitá-los, após o descarte documental, como estratégia sustentável, ou preservá-los, como estratégia de memória como fenômeno social

Fonte: dados da pesquisa.

Somados os resultados enquadrados nas categorias B e C, verifica-se que em 83,33% das instituições há disciplina obrigatória voltada à preservação e conservação de documentos. Em relação à categoria C, na UEL e UFSC as disciplinas explicitam vínculo entre políticas de informação e preservação de documentos, na UFSM é enfatizado o uso de novas tecnologias.

Gestão de arquivos é temática que se encontra contemplada em quatro dos cursos analisados pelo estudo (o que corresponde a 66,66%), sendo presente nos cursos de arquivologia da UEL, UFRGS, UFSM e Uniasselvi. O Quadro 7 apresenta detalhes das disciplinas e suas ementas/objetivos.

Quadro 7 – Categoria de análise C, resultado temática gestão de arquivos

Instituição	Disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
UEL	Gestão de unidades e serviços de informação	Obrigatória	Ementa: Introdução à administração: princípios, teorias e funções Estrutura organizacional de unidades de informação Gestão de pessoas Comunicação organizacional
UFRGS	Gestão de instituições arquivísticas	Obrigatória	Ementa: Instituições arquivísticas: definições, características, funções, e serviços arquivísticos O planejamento estratégico e da gestão de instituições e serviços arquivísticos Planos estratégicos de administração e gestão de instituições de arquivos. Implantação de políticas arquivísticas
UFSM	Gestão de arquivos	Obrigatória	Objetivo: Caracterizar os sistemas de gestão da qualidade total (TQM); fundamentar o uso das metodologias e ferramentas na gestão da qualidade total (TQM); aplicar critérios da qualidade total para promover a gestão nos arquivos; realizar mapeamento de processos na gestão dos arquivos; explorar a relação entre a gestão de arquivos e as políticas públicas e a legislação ambiental
Uniasselvi	Organização de unidade de informação	Obrigatória	Ementa: Estrutura organizacional das unidades de informação Os fluxos de trabalho em unidades de informação Distribuição do trabalho Estruturação do espaço físico Elaboração de manuais, de formulários e relatórios

Fonte: dados da pesquisa.

Constata-se que em todos os cursos que possuem disciplina voltada à gestão de arquivos, trata-se de disciplina obrigatória. Na UEL, UFRGS e UFSM as ementas das disciplinas apresentam enfoque e aplicação de ferramentas da área de administração, de modo a subsidiar a atuação do arquivista como gestor em unidades de informação. Na Uniasselviaborda-se estrutura organizacional, fluxos e distribuição do trabalho, espaço físico e elaboração de documentos de voltados para a organização administrativa da unidade.

Memória e patrimônio é temática tangencial à gestão de emergência em arquivos que se encontra em sete disciplinas distribuídas em quatro dos cursos analisados: Furg, UFRGS, UFSC e UFSM, o que corresponde a presença em 66,66% dos cursos de arquivologia da região Sul do Brasil. O Quadro 8 apresenta detalhes das disciplinas e suas ementas/objetivos.

Quadro 8 – Categoria de análise C, resultado memória e patrimônio

Instituição	Disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
Furg	Memória, patrimônio e arquivos	Optativa	Ementa: <ul style="list-style-type: none"> • Conceituação de memória, patrimônio e arquivos • Identificação dos elementos que constituem a memória e identidade de um grupo através do patrimônio documental
	Educação patrimonial	Optativa	Ementa: <ul style="list-style-type: none"> • Educação e patrimônio histórico-cultural: suportes teóricos e metodológicos • As relações entre patrimônio, memória, história, educação, e pesquisa, ensino e extensão • Patrimônio arquivístico: fundamentos de organização, conservação e divulgação de acervos
UFRGS	Arquivos, memória e direitos humanos	Obrigatória	Ementa: <ul style="list-style-type: none"> • As concepções memória, arquivos e direitos humanos • A construção do conceito de cidadão e dos espaços da cidadania • A concepção de acesso à informação arquivística como ferramenta da cidadania no Brasil • O papel da arquivologia no resgate da verdade, justiça e dos direitos humanos contexto social atual • A cidadania e a democracia na sociedade contemporânea

	Informação e memória social	Optativa	<p>Ementa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os estudos teóricos sobre memória • Informação, cultura e sociedade • Os lugares da memória: arquivos, bibliotecas e museus • O direito à memória. Documento/Monumento • Tradição oral e escrita, práticas, culturais, identidade social, memória e informação • Memória na construção da informação do conhecimento • Práticas informacionais e memória • A memória, os sistemas de informação, comunicação e as diferentes formas de configuração do saber da informação e do conhecimento • As formas do silêncio e do esquecimento • O lugar da memória no mundo contemporâneo
	Memória social	Optativa	<p>Ementa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo do campo teórico e metodológico da memória social • Memória social e sua relação com a identidade e o patrimônio cultural
UFSC	Memória, patrimônio e arquivo	Obrigatória	<p>Ementa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos sobre memória e patrimônio • O arquivo como lugar de memória e patrimônio • Memória e preservação do conhecimento e da informação
UFSM	Arquivo, memória e patrimônio	Obrigatória	<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as aproximações de documentos e arquivos com as áreas de memória, patrimônio, identidade e cultura, transitando entre os conceitos das áreas de forma geral e específica, considerando a interdisciplinaridade

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que UFSC, UFSM e UFRGS contemplam a temática memória e patrimônio em uma disciplina obrigatória por curso. Na UFRGS há ainda duas disciplinas optativas. Já na Furg, são previstas somente disciplinas optativas (duas). Em síntese, as ementas das disciplinas buscam clarificar as aproximações teóricas entre os conceitos: arquivo, memória e patrimônio, de forma a permitir ao arquivista situar-se como agente de transformação democrática e cidadã na sociedade.

A gestão de riscos é tema central em uma disciplina optativa no curso de arquivologia da UFSC. O Quadro 9 apresenta detalhes da disciplina e sua ementa.

Quadro 9 – Categoria de análise C, resultado gestão de riscos

Instituição	Disciplina	Tipo	Ementa / Objetivo
UFSC	Análise de risco e negociação	Optativa	Ementa: Risco Ferramentas para análise Negociação Tipos de conflito e gerenciamento de conflitos

Fonte: dados da pesquisa.

A disciplina de caráter optativo no curso da UFSC representa a presença de temática voltada à gestão de riscos em 16,66% dos cursos analisados. Sua ementa contempla uma abordagem geral de risco, como foco em instrumentos de análise de riscos e gestão de conflitos. É a temática menos representada nos PPC analisados.

Registra-se que o tema edificações de arquivo não foi identificado nos PPC dos cursos de arquivologia analisados.

Considerações finais

A preservação da informação é parte do conjunto de práticas indissociáveis à atuação profissional do arquivista e tem na gestão de emergência em arquivos um de seus pilares de sustentação. Contudo, a gestão de emergência em arquivos é prática pouco tradicional no Brasil. Para mudar essa realidade, faz-se necessário que arquivistas brasileiros se engajem nessa causa e saibam responder a essa demanda profissional. Para tanto, a sua formação acadêmica necessita contemplar o desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência em arquivos.

A pesquisa realizada permitiu visualizar como estão os currículos de cursos de arquivologia da região Sul do Brasil em relação à oferta de disciplinas que tratem de gestão de emergências em arquivos. Os resultados obtidos demonstram que o total de cursos analisados manifesta no PPC a preservação de documentos como competência desejável ao egresso. Em contrapartida, nenhum dos PPC analisados possui previsão de disciplina específica de gestão de emergência em arquivos. Dois dos seis cursos de arquivologia analisados possui previsão curricular de abordar a temática emergência no âmbito de disciplina de preservação e conservação de documentos.

Dentre as temáticas tangenciais à gestão de emergências em arquivos se destaca a preservação e conservação de documentos, prevista no PPC de cinco

dos seis cursos analisados pelo estudo. A temática gestão de arquivos e a temática memória e patrimônio são previstas na formação de arquivistas em 66.66 % dos cursos, em quatro e sete disciplinas, respectivamente. Já o estudo da gestão de riscos está presente somente no PPC da UFSC, em uma disciplina. Estas disciplinas tangenciais são cruciais para o desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência em arquivos, uma vez que podem ser adotadas como pré-requisito para uma futura disciplina específica de gestão de emergência, bem como servir de ponto de partida para a inserção do tema emergência na pauta de formação do arquivista, por meio de ajuste em suas ementas.

Em resposta à problemática proposta, verifica-se que a gestão de emergência em arquivos é temática pouco contemplada nos PPC dos cursos de arquivologia localizados na região Sul do Brasil. Apenas dois cursos contêm disciplina que prevê em suas ementas abordar o tema emergências, sendo que não há previsão curricular de disciplina especificamente voltada à gestão de emergências. Deste modo, a preparação de arquivistas para atuar na gestão de emergências em arquivos se configura incipiente no planejamento curricular dos cursos, o que contribui para a manutenção de um cenário desfavorável: ausência de planos de emergência nos arquivos instalados na região Sul do Brasil.

A temática gestão de emergência em patrimônio cultural necessita aprofundamento e ampliação de pesquisas no Brasil. A investigação, o reconhecimento e o mapeamento das condições de risco e gestão de emergência dos arquivos brasileiros se faz premente frente a uma sociedade que almeja garantir a preservação de seu patrimônio cultural. O arquivista brasileiro deve atuar neste campo, mas, para isso, a gestão de emergências em arquivos necessita ser integralmente contemplada no rol de disciplinas previstas pelos PPC dos cursos de arquivologia no Brasil.

A dinâmica do mercado de trabalho é cruel. quando um profissional não consegue atender determinada demanda, outro profissional o faz. O futuro protagonismo do arquivista na gestão de emergências em arquivos no Brasil ainda está em construção.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/manual-gerenciamento-riscos-2019-digital-miolo-online-pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- BAHIA, E. M. S. *Competências Arquivísticas no Mercado de Trabalho*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- BAHIA, E. M. S.; ZIEGELMANN, L. D. D. S. Estudo da competência do arquivista e do estudante em formação em suas práticas profissionais: relação com o mercado de trabalho. *Informação & Informação*, Londrina, v. 26, n. 3, p. 600-627, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43607>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978*. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BUCHANAN, S. A. *Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives: a RAMP study with guidelines*. Paris: Unesco, 1988. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079813>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CARLI, D. T.; FACHIN, G. R. B. *Lei de acesso à informação nos municípios do extremo oeste de Santa Catarina*. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 8-36, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/55815>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo novacap. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/118889>. Acesso em: 04 jul. 2023.
- CRESWELL, J. L. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*. Rio de Janeiro: Conarq, 2005. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_producao.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Resolução n. 34, de 15 de maio de 2012*. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.
- DURAND, T. Forms of incompetence. In: SANCHEZ, R.; RENE, A. (org.). *Theory development for competence-based management*. Greenwich: JAI Press, 2000. p. 1-23. Disponível em: https://www.academia.edu/18274867/Forms_of_incompetence. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ESPANHA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. *Plan Nacional de Emergencias y Gestión de Riesgos en Patrimonio Cultural*. Madrid: Secretaria General Técnica, 2015.
- EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS. *Euro-referencial I-D*. Lisboa: INCITE, 2005. Disponível em: https://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc_noticias/EuroReferencial_P.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.
- FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração*

- Contemporânea, Curitiba, v. 5, n. esp., p. 183-196, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552001000500010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2023.
- FUGUERAS, R. A.; MUNDET, J. R. Los archivos del poder: el poder de los documentos. Madri: Alianza Editorial, 2008.
- GONZÁLES-TERUEL, A.; CERREJÓN, M. B. Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional: fundamentos y nuevos desarrollos. Gijón: Trea, 2012.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Guidelines on disaster prevention and control in archives. Paris: ICA, 1997. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives_EN.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Declaração universal sobre os arquivos. Paris: ICA, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.
- KOSTAGIOLAS, P. et al. Disaster management approaches for academic libraries: an issue not to be neglected in Greece. *Library Management*, Melbourne, v. 32, n. 8/9, p. 516-530, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254187914_Disaster_management_approaches_for_academic_libraries_An_issue_not_to_be_neglected_in_Greece. Acesso em: 12 nov. 2023.
- LINDEN, L. L. Sociologia das profissões: análise do desenvolvimento da profissão de arquivista no Brasil. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 227-237, 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1343>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior. Brasília: E-MEC, 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 29 maio 2024.
- MCILWAINE, J. Prevención de desastres y planes de emergencia: compendio de la IFLA. Haia: IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi6-es.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1117/1252>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; BAHIA, E. M. S. Archiveros y documentalistas emprendedores: el caso español y brasileño. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 121-138, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16539/11538>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MOURA, I. I.; BAHIA, E. M. S. Perspectivas do profissional de arquivo sob o olhar das obras audiovisuais. *Ágora: Arquivologia em debate*, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1000>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- NYANGA, E.; NENGOMASHA, C. T.; BEUKES-AMISS, C.M. Disaster preparedness and management at the National Archives and the National Library of Namibia. *African Journal of Library Archives and Information Science*, Ibadan, v. 28, n. 1, p. 77-91, jul. 2018. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/174153>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RODRIGUES, C. A. Plano de emergência em arquivos: competência profissional do arquivista em Santa Catarina. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237907>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os Fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTA ANNA, J. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 289-307, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523/pdf_1. Acesso em: 17 jun. 2023.
- SILVA, A. K. A.; SILVA, M. Desenvolvimento de competências na graduação: um estudo de caso dos

formandos em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 10, n. 1, p. 86-109, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2486>. Acesso em: 4 jun. 2023.

TEIJGELER, R. Preservation of archives in tropical climates: an annotated bibliography. Paris: ICA, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270273714_Preservation_of_Archives_in_Tropical_Climates_An_annotated_bibliography. Acesso em: 15 mar. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. Paris: Unesco, 2002. Disponível em: https://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

Recebido em 29/2/2024

Aprovado em 24/5/2024